

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Plano de Ensino										
Universidade Federal do Espír			ito San	to		Campus:	Goiabei	ras		
Curso:		AS ECONÔMICAS								
Departamento Responsável:					DEPARTAMENTO DE ECONOMIA					
Data de Aprovação (Art. nº 91):			09/12/2020							
Docente Responsável:			Ana Carolina Giuberti (ana.giuberti@ufes.br)							
Qualificação/link pa		ara o Currículo Lattes:		http://lattes.cnpq.br/7213083068331720				1720		
Disciplina:		Economia do S		etor Público II			Código:	ECO-02700		
Pré-requisito:		ECO-07677 Economia			do Setor Público I		00		60	
		Semestral:								
Créditos:		Distribuição da Carga Horária Semestral								
		04 Teoria	Exercício			Laboratório				
				60						
Ementa:		A teoria do bem estar, o problema da eficiência e as falhas de mercado:								
		bens públicos e externalidade; Provisão eficiente de bens públicos;								
		Aspectos teóricos da tributação: incidência, distorção, teoria da tributação								
		ótima; Aspectos teóricos do gasto público e análise custo-ber					eficio;			
Oktob or		Regulação: teoria e aspectos políticos da regulação.								
Objetivos	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·									
Específicos:		Setor Público a partir da visão microeconômica sobre bem estar, bens públicos, externalidades, tributação e gasto e regulação.								
Conteúdo									rcado	
Programático:		1. A Teoria do Bem Estar; o problema da eficiência e as falhas de mercado 2. Bens Públicos: definição, provisão eficiente e precificação								
Programatico.		3. Externalidades e o Teorema de Coase								
							la tributação	o ótima		
		4. Tributação: incidência, distorção e teoria da tributação ótima 5. Gastos Públicos e análise de custo-benefício								
		6. Regulação: teoria e aspectos políticos da regulação								
Metodologia:		Para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso serão								
		utilizadas m					-			
		dirigido, pro	dução de	texto	e/ou outros	mate	eriais como	vídeos e pod	dcasts,	
		distribuídos	entre au	las síno	cronas e ass	íncro	nas. As aul	as síncronas	terão	
		carga horári	a de 15 l	horas (25%) e aula	is as	síncronas ca	arga horária	de 45	
		horas (75%).								
Recursos		As aulas síncronas serão realizadas por meio da plataforma Google Mo								
Pedagógico			nas serão disponibilizadas na plataforma Google Sala							
Tecnológicos		de Aula, conforme cronograma disponibilizado nesta plataforma e no								
		portal do professor.								
-	-		zada segundo a instrução normativa 01 de 2020 da							
de Avaliação da		UFES, sendo composta por exercícios e atividades semanais (N1) e um								
Aprendizagem:		trabalho final individual (N2). Todas as atividades avaliativas serão pontuadas de 0 a 10, e a nota final será computada de acordo com a regra								
		abaixo:	e 0 a 10,	e a no	ta final sera	com	putada de a	cordo com a	regra	
		Nota final =	/7*N1±2*	*NI21/1	n					
		Alunos com	-			o dic	nencadoc da	a nrova final		
		Alunos com	media su	heriol	a 1,0 estara	o ais	perisados da	a bi ova iiiigi.		

	A frequência de aulas é obrigatória, de acordo com as normas da UFES.					
	Será reprovado por falta o estudante que não obtiver, no mínimo, 75% d					
	frequência.					
Bibliografia Básica:	ARVATE; BIDERMAN. Economia do Setor Público no Brasil. RJ: Campus,					
	2004.					
	MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: Teoria e Prática. Rio de					
	Janeiro: Campus, 1980.					
	SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo:					
	Atlas, 2001					
Bibliografia	ARAUJO, Jevuks Matheus; SIQUEIRA, Rozane Bezerra. Demanda por gastos					
Complementar:	públicos locais: evidências dos efeitos de ilusão fiscal no Brasil. Estud. Econ., São					
	Paulo , v. 46, n. 1, p. 189-219, Mar. 2016					
	AUERBACH; A. J.; FELDSTEIN, M. (Org). Handbook of Public Economics. Volume 1.					
	North-Holland, 1985.					
	AUERBACH; A. J.; FELDSTEIN, M. (Org). Handbook of Public Economics. Volume 2.					
	North-Holland, 1987.					
	GERTLER, Paul, J. et al. Avaliação de impacto na prática. 2ª ed. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2018.					
	GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil.					
	Rio de Janeiro: Campus, 2011.					
	GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação do capital: teoria e prática (e o caso brasileiro).					
	Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 3, p. 761-789, Dec. 2019.					
	LAGEMANN, E. Tributação ótima. Ensaios FEE, v.25, n. 2,p. 403-426. 2004.					
	MENDES, Constantino Cronemberger; SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de.					
	Estimando a demanda por serviços públicos nos municípios brasileiros. Rev. Bras.					
	Econ., Rio de Janeiro , v. 60, n. 3, p. 281-296, Sept. 2006.					
	MIRRLEES, James et al. Tax by Design. Oxford: Oxford University Press, 2011.					
	MUELLER, B. Regulação, Informação e Política: uma resenha da Teoria Política					
	Positiva da Regulação. Revista Brasileira de Economia de Empresas, v.1, n.1, set-dez/2001.					
	PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. A Theory of Optimal Inheritance Taxation.					
	Econometrica, v.81, n. 5, pp.1851-1886, set.2013.					
	STIGLITZ, J. E. Economics of the Public Sector. 3ª ed. Nova lorque: W.W.Norton &					
	Company, 2000.					